

ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 23-8-2021.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Pablo Melo. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nº 308 e 311/21 (Processos nº 0750 e 0756/21, respectivamente), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 177/21 (Processo nº 0466/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Resolução nº 032/21 (Processo nº 0604/21), de autoria de Comandante Nádia, Fernanda Barth, Cláudia Araújo, Jessé Sangalli, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Pablo Melo, Alexandre Bobadra, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Claudio Janta e Giovane Byl; o Projeto de Lei do Legislativo nº 179/21 (Processo nº 0475/21), de autoria de Daiana Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 211/21 (Processo nº 0558/21), de autoria de Giovani e Coletivo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 231/21 (Processo nº 0598/21), de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Resolução nº 038/21 (Processo nº 0711/21), de autoria de Kaká D'Ávila; o Projeto de Resolução nº 039/21 (Processo nº 0751/21), de autoria de Pablo Melo. Também, foram apregoados os Ofícios nº 1171, 1692, 1811 e 1822/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nº 014 e 017/21 e os Projetos de Lei do Executivo nº 021 e 022/21 (Processos nº 0696, 0789, 0823 e 0826/21, respectivamente). Ainda, foi apregoado documento firmado por Roberto Robaina, informando seu retorno ao exercício da vereança no dia vinte e três de agosto do corrente, restando sem efeito sua licença para tratamento de saúde quanto ao período do dia vinte e três ao dia vinte e cinco de agosto do corrente e cessando, em consequência, o exercício da vereança por Fran Rodrigues nesse período. A seguir, por solicitação de Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier e Cassiá Carpes, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Rochelle Benites, a Elias Pereira de Souza e a Olímpio Alexandre Borini. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Renato Luiz Ferreira, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, que se pronunciou acerca dos projetos desenvolvidos por essa entidade. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Airto Ferronato, Claudio Janta, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Lourdes Sprenger, Alvoni

Medina e Daiana Santos manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e cinco minutos às quatorze horas e cinquenta e oito minutos. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Hamilton Sossmeier, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do quinquagésimo aniversário do curso de educação física do Centro Universitário Metodista, nos termos do Requerimento nº 184/21 (Processo nº 0594/21), de autoria de Hamilton Sossmeier. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Hamilton Sossmeier, proponente. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Marcos Wesley, reitor do Centro Universitário Metodista, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Comandante Nádia. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e quatro minutos às quinze horas e vinte e nove minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Karen Santos e Pablo Melo. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Airo Ferronato, Jonas Reis e Alexandre Bobadra. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às dezesseis horas e doze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado requerimento de autoria de Ramiro Rosário, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/21 (Processo nº 0697/21). Foi apregoada a Emenda nº 07, assinada por Moisés Barboza e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17), e foi aprovado requerimento solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de José Freitas, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 007/19 (Processo nº 0011/19). Foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02, assinadas por Aldacir Oliboni, ao Projeto de Lei do Executivo nº 013/21 (Processo nº 0601/21), e foi apregoado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essas emendas. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/21 (Processo nº 0697/21), após ser discutido por Fernanda Barth, Cassiá Carpes, Pablo Melo, Mauro Zacher, Aldacir Oliboni, Laura Sito, Airo Ferronato, Jonas Reis, Moisés Barboza, Comandante Nádia, Ramiro Rosário e Idenir Cecchim. Foi aprovado requerimento de autoria de Ramiro Rosário e Mauro Pinheiro, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/21. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 015/21, por TRINTA E TRÊS VOTOS SIM e UM VOTO NÃO, tendo votado sim Airo Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e

Roberto Robaina e votado não Laura Sito. Foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 078/18 (Processo nº 0841/18). Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 223/21 (Processo nº 0797/21), por TRINTA VOTOS SIM, após ser encaminhado à votação por Laura Sito, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Às dezessete horas e quarenta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Leonel Radde, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Comandante Nádia e Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Registro a presença do Sr. Renato Luiz Ferreira e da Sra. Rosa Emília Teixeira, Presidente e Diretora da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre – APAE; também, registro a presença de Sra. Maria Teresa Ferreira, esposa do Sr. Renato Luiz Ferreira. Convido-os para tomarem assento à Mesa.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Rochelle Benites; ela estava, há três anos, em primeiro lugar numa fila de transplante de órgãos, e sabemos da dificuldade de cooptar órgãos para as pessoas que mais necessitam. Então, a Rochelle Benites, que faleceu nessa última sexta-feira, merece um minuto de silêncio em seu nome e de todas as outras pessoas que ficam aguardando transplante de órgãos e não conseguem, infelizmente, porque o Rio Grande do Sul é pouco captador de órgãos.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do pastor Elias Pereira de Souza.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Olímpio Alexandre Borini, que foi atleta do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que o diretor legislativo proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.).

Apregoo documento firmado pelo Ver. Roberto Robaina, por meio do qual Sua Excelência informa o seu retorno ao exercício do mandato no dia de hoje, restando sem efeito sua Licença para Tratamento de Saúde quanto aos dias 23 a 25 de agosto de 2021 e, conseqüentemente, cessando o exercício da vereança pela suplente Fran Rodrigues no citado período.

SR. PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, diretor. Registramos nossos efusivos cumprimentos pelo transcurso do aniversário da Ver.^a Bruna; parabéns, felicidades, saúde.

Quero, de imediato, pedir para a nossa assessoria acusar a presença do magnífico reitor do Centro Universitário Metodista IPA, professor Marcos Wesley, da professora Andrea Janz Moreira, pró-reitora, e do professor Leandro Silva Vargas, coordenador do curso de educação física. Peço que acompanhem a nossa assessoria e se dirijam à tribuna de honra, por gentileza. Agradecemos os demais professores e o corpo técnico do IPA, que acompanham o período de Comunicações requerido pela Mesa.

Quero também aqui agradecer e acusar a presença do presidente do Sindicato dos Rodoviários, Sandro Abbáde; do Sérgio, da Aura; e também do Marcelo e Rosângela, da associação, bem como da delegação de representantes dos rodoviários que acompanha aqui a nossa sessão nesta tarde.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que trará a apresentação dos projetos e da Unidade Zona Norte. O Sr. Renato Luiz Ferreira, presidente da APAE, está com a palavra, pelo tempo

regimental de 10 minutos.

SR. RENATO LUIZ FERREIRA: Prezados senhores vereadores e senhoras vereadoras, Presidente desta Casa, inicio minha manifestação agradecendo a atenção de todos vocês, certo de que, a partir de hoje, irão olhar para a APAE de Porto Alegre com os mesmos olhos que nós temos com centenas de crianças, jovens e adultos que atendemos diariamente, de uma vida mais digna de oportunidade e garantia de direitos. De 21 a 28 de agosto celebramos a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, chamando atenção para esse tema tão importante e muitas vezes esquecido, que é o cuidado, o direcionamento de políticas públicas para as pessoas com deficiência intelectual múltiplas e do espectro autista. Nessa semana, dia 22 de agosto, ontem, a APAE de Porto Alegre comemorou 59 anos de existência, de um trabalho diário direcionado ao protagonismo, mas principalmente à qualidade de vidas das pessoas que, na nossa instituição, são atendidas, desde a estimulação precoce, ou seja, desde o seu nascimento até a melhor idade, com políticas de educação, assistência social e saúde. É tempo de transformar conhecimento em ação, esse é o tema da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência, e é transformando a realidade de muitos que hoje a APAE de Porto Alegre é reconhecida como referência no atendimento que exerce, mas, prezados vereadores e vereadoras, ainda há muito o que fazer por essas pessoas que muitas vezes são invisíveis para a sociedade e por vezes pelo poder público. Embora a pandemia, os anos de 2020 e 2021 não foram perdidos para a APAE de Porto Alegre, nos orgulhamos de dizer que apertamos o cinto, mas que nenhum profissional foi desligado das suas funções e que muitos ampliaram ainda mais seus turnos de trabalho para atender de forma eficaz e segura nossos estudantes e beneficiários. Ainda, no decorrer da pandemia, conseguimos auxiliar as famílias que mais precisavam com alimentação, e utilizamos as estruturas das unidades Nazaré e João Alfredo de Azevedo para realizar atividades de estilo *drive-in*, para que nossas crianças, jovens e adultos pudessem permanecer próximos, acolhidos pela APAE e percebessem, a partir do carinho dos profissionais, que nesse momento sensível, eles e suas famílias jamais estariam sozinhos. Em meio à pandemia, ainda conseguimos negociar a tão sonhada sede administrativa própria, que ainda precisa ser quitada, mas que nos retira do aluguel e nos faz investir ainda mais nas estruturas de atendimento, e o que parecia ser algo distante, aos poucos, também, vai saindo do papel, que é a terceira unidade da APAE de Porto Alegre, localizada na Av. Sertório, Zona Norte. A área municipal da antiga escola Professor Ernesto Tocchetto está em processo de cedência para a nossa entidade, o que nos fará suprir uma demanda histórica extremamente necessária para a cidade. Porém toda obra de reformas e adaptações necessárias será de responsabilidade da APAE de Porto Alegre, que conta com o apoio da sociedade, mas também dos senhores e senhoras, que representam as centenas de famílias que atendemos. Aproveitamos a oportunidade para pedir que os mandatos olhem com carinho e atenção para a APAE de Porto Alegre, que nos olhem como uma entidade executora de políticas públicas, como prestadora de serviços essenciais para a cidade, mas fundamentalmente para milhares de famílias que muitas vezes não sabem onde buscar acolhimento. Somos uma entidade

reconhecida, porém que ainda enfrenta muitas dificuldades de arrecadação, e que além de apoio incondicional da sociedade civil, também precisa do apoio dos mandatos desta Casa, que tem por missão trabalhar por todos, mas principalmente por aqueles que mais precisam. Com a unidade da Zona Norte, poderemos aumentar a nossa capacidade de atendimento, mas para isso precisamos de uma ampla mobilização de todos os setores da sociedade para que esse sonho também se viabilize. Por fim, agradecemos à Ver.^a Comandante Nádia que nos fez o convite para que hoje estivéssemos aqui; à Prefeitura de Porto Alegre; à Câmara de Vereadores; aos senhores e às senhoras; à SMED; à FASC; aos Conselhos Municipais e, fundamentalmente, aos nossos doadores, dando um exemplo, Seleção do Bem 8 do nosso Capitão Dunga e outra pessoa que nos ajudou muito neste momento de arrecadação foi o nosso amigo Celso Cirino, pessoas que doaram sem esperar nada em troca, apenas que façamos aquilo que sabemos fazer de melhor que é proporcionar uma vida de oportunidade para todas as pessoas que inúmeras vezes são vistas como incapazes e que, cabe salientar, não atrapalham. Em 2022, chegaremos aos 60 anos e pretendemos inaugurar uma nova fase de uma entidade que presta serviço essencial para o Município de Porto Alegre. Iniciaremos uma nova fase de sonhos ainda maiores que contemplam e mudam a vida de muitas famílias que precisam da *expertise* da APAE de Porto Alegre. Ao chegar os 60 anos, não teremos duas casas, mas, sim, três, unidades que se movimentam a partir da solidariedade de cada um de nós. Faço aqui um agradecimento especial aos nossos colaboradores, trabalhadores das nossas unidades e da nossa sede administrativa que dedicam muito mais do que seu trabalho à APAE, dedicam amor a nossa causa, acreditam na inclusão e acolhem nossas famílias e parceiros com qualidade, dedicação e muita responsabilidade. Mais uma vez agradeço a atenção de todos deixando as portas das unidades abertas, fazendo um convite para que possam conhecer nossa estrutura, ver e sentir de perto as transformações que as políticas de inclusão geram na vida de muitas famílias. Finalizo com o trecho da música do grupo Jota Quest "dias melhores", certo que muito em breve teremos, vivemos esperando o dia em que seremos melhores, melhores no amor, melhores na dor, melhores em tudo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, presidente Renato. "Dias melhores para sempre".

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Abraço, presidente e a todos vereadores; a todos da APAE que estão conosco nesta tarde e a todos que acompanham esta nossa sessão de plenário. Em meu nome e em nome do meu partido, PSB, quero registrar que Porto Alegre acompanha, por décadas, as atividades da APAE e por que não no Estado todo e no Brasil. Eu quero registrar e parabenizar a todos vocês da APAE

e dizer que estamos juntos, a APAE é e sempre foi uma referência aqui na nossa cidade. Portanto, parabéns e obrigado pela presença de vocês conosco nesta tarde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, a todos os membros da Casa uma boa tarde, uma boa semana a todos. Queria saudar a todos os dirigentes, pais da APAE e dizer que o trabalho é importante que a APAE faz na nossa cidade, no Estado e no Brasil na questão das pessoas com deficiência, um trabalho fundamental, um trabalho imprescindível e nós achamos que, além de todo esse trabalho que a APAE faz, assim como outras instituições que fazem esse trabalho social, esse trabalho de ajudar as famílias e as pessoas com deficiência, tem um tratamento diferenciado, diferenciado porque presta esse serviço, mas, na hora de pagar impostos, pagar tributos, é considerada uma empresa. Estão pagando imposto de renda, pagando INNS sobre os salários, pagando sobre tudo. Então, isso é uma grande injustiça que diferencia essas instituições de qualquer outra empresa, porque fazem um trabalho imprescindível para as pessoas com deficiência. Vida longa à APAE, o que nós pudermos ajudar vamos estar sempre junto ajudando.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente. Renato, nosso presidente da APAE aqui de Porto Alegre, e a sua diretoria, é um prazer enorme recebê-los aqui na Casa do Povo. Quero dizer que, realmente, a inclusão passa pela autonomia das pessoas que estão fazendo o dia a dia com vocês na APAE. A importância dessa instituição, a credibilidade que vocês têm, a legitimidade de trabalhar com crianças, adolescentes e adultos faz com que Porto Alegre deva, sim, e a Câmara de Vereadores o agradecimento pelo trabalho. Agora com a APAE na Zona Norte facilitando também o ir e vir de pais, mães e de pessoas que precisam do atendimento, vai facilitar muito, no que eu convoco e peço para que os vereadores possam também auxiliar a APAE na Zona Norte na construção daquele prédio e dizer que, efetivamente, acreditar tem o poder de transformar. E nós acreditamos na APAE. Parabéns a vocês, vida longa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, saúdo, inicialmente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Renato Luiz Ferreira, presidente da entidade, a Sra. Rosa Emília e a Sra. Maria Teresa que estão aqui presentes e dizer que quem não conhece a APAE. Todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul praticamente têm uma APAE. E quem não já ajudou a APAE, uma infinidade de entidades, sejam elas públicas ou privadas, mas, nesse caso muito pontual, se não tiver recurso público dificilmente o projeto da Zona Norte sairá. É preciso que, inclusive, na LDO que está chegando na Câmara, a gente possa, em conjunto aqui dos vereadores, destinar recursos para tal. Como tem iniciativa de vereadores das emendas impositivas, porque, infelizmente, o governo atual como o governo anterior acabaram com os fundos, o Fundo do Idoso, o Fundo da Educação, o Fundo da Cultura, está utilizando os recursos do Fundo para a gestão municipal. As entidades, hoje, têm enorme dificuldade de poder sobreviver, de poder se manter e por isso que fazem campanhas, campanhas e campanhas para poder manter aqueles cidadãos e cidadãs que, no caso aqui da APAE, são pessoas com deficiência. Então, nesse sentido, nós temos muito a fazer, mas os senhores têm que cobrar da Câmara, estar presente, fazer as coisas acontecer. Um bom trabalho, sucesso e vida longa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu gostaria de saudar o Sr. Renato Luiz e, ao fazer a saudação ao Sr. Renato, saudar a todos os integrantes da associação em nome da bancada do PSOL; portanto, em meu, em nome do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Matheus Gomes e da Ver.^a Karen Santos. Conversando com Alex Fraga que é coordenador da nossa bancada e vereador, é o primeiro suplente da nossa bancada, o Professor Alex Fraga é professor de biologia – ele lembrava, Dr. Renato, algo muito grave, nós não estamos simplesmente em mais um ano homenageando uma associação muito respeitada pela sociedade, mas nós estamos num ano em que esta homenagem é de importância redobrada, porque, infelizmente, no plano federal nós temos um governo que está buscando desconstituir os elementos civilizatórios, pequenos, que a sociedade brasileira tem. A sociedade brasileira falta avançar muito em termos de civilização, mas este Ministro da Educação, Milton Ribeiro, diz que as crianças excepcionais atrapalham as crianças normais.

Nós temos um ministro, Presidente Márcio Bins Ely, da educação; é uma vergonha que nós tenhamos um ministro desse tipo que faz esse tipo de ataque à sociedade, à civilização e à cultura. Portanto, a homenagem do dia de hoje ganha uma importância maior, porque vocês estão sendo atacados, infelizmente, pelo Governo

Federal na prática, na prática, porque o Ministro da Educação é capaz de dizer barbaridades como essa.

Então, nossa solidariedade, nosso apoio, contém com a bancada do PSOL. Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde Presidente; boa tarde Sr. Renato e todos os componentes da APAE, os seus voluntários. É muito importante que venham até a Câmara, fazer a Tribuna Popular e trazer as informações para dar visibilidade ainda mais uma entidade que tem tanta credibilidade e faz tanto pelas pessoas especiais e crianças especiais. Parabéns a vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Lourdes. O Ver. Alvoní Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde meu Presidente; boa tarde a todos; boa tarde ao nosso presidente Renato e ao pessoal da diretoria. Estava aqui, há pouco, participando da abertura da 24^a Semana da Pessoa com Deficiência e parabenizar os 59 anos da APAE que tem feito um grande trabalho com as pessoas com deficiência. Eu, como presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência aqui na Casa, me coloco à disposição e também o meu gabinete naquilo o que vocês precisarem do nosso apoio, contem com a gente. Vida longa à APAE, que Deus continue abençoando este trabalho tão maravilhoso que a APAE tem feito com as pessoas com deficiência na cidade de Porto Alegre. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos que compõem a Mesa; em nome da bancada do PCdoB venho aqui muito feliz fazer uma saudação muito sucinta, até porque já tivemos um primeiro contato, logo no início dos trabalhos aqui na Casa, e isso só representa essa importância que a gente tem com as pautas da inclusão anticapacitistas, fazendo deste movimento um movimento pró-sociedade que a gente quer. Eu fico muito feliz em recebê-los aqui nesta Casa – saudamos, de forma muito gentil, muito generosa este momento pela

necessidade do olhar mais assertivo para essas pautas, mais inclusivos, tirando, como bem trouxe aqui o Ver. Robaina, toda essa construção em torno de algo que é muito caro para gente, que é o preconceito, pois isso só faz com que os espaços sejamos cada vez mais distantes do que é a realidade da nossa sociedade. Então, saúdo todos vocês – vida longa à APAE, e, mais uma vez, manter aqui este canal em aberto, tanto meu, quanto da Ver.^a Bruna, em nome da bancada do PCdoB. Sejam muito bem-vindos, parabéns a todos vocês e à APAE.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também quero fazer uma saudação em nome da presidência, bem como em nome do meu partido, PDT. Eu tive uma tia excepcional que conviveu na APAE durante mais de 50 anos; hoje, se encontra no oriente eterno, mas tivemos um bom convívio nas olimpíadas da APAE; então, realmente, somos testemunhas do trabalho que vocês desenvolvem em favor das nossas crianças excepcionais.

Agradecemos a presença do Sr. Renato Luiz Ferreira, representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre - APAE.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas, convidando os vereadores para uma fotografia.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h55min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 14h58min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 50º aniversário do Curso de Educação Física do Centro Universitário Metodista (IPA), nos termos do Requerimento nº 184/21, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Marcos Wesley, reitor; Sra. Andrea Janz Moreira, pró-reitora; Sr. Leandro Silva Vargas, coordenador do curso de Educação Física.

Agradecemos também as presenças da Sra. Carla Brito, coordenadora do Clínicas Integradas de Saúde; pastor Roberval Lopes da Trindade, da Pastoral Universitária; Neusa Monser, pró-reitoria administrativa; Alexandre Scherer, professor; Alessandra Quadros professora; Deninson Nunes Ferenci, professor; Luis Alberto Lucini professor; Luiz Afonso Gomes, professor; Rosa Padilha; Solon Rodrigues, professor; Ananda Domann da Costa, aluna; Moisés Oliveira, egresso; Narelise Weil Barros, jornalista. Muito obrigado pela presença de vocês, abrilhantando esta sessão.

O Ver. Hamilton Sossmeier, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Boa tarde a todos, é um prazer, nesta tarde, podermos homenagear o Centro Universitário Metodista - IPA. Seja bem-vindos a esta Casa que é de vocês. No momento em que nós prestamos homenagem pelo transcurso do aniversário de 50 anos do curso de educação física no Centro Universitário Metodista - IPA. O curso de Educação Física do Centro Universitário Metodista- IPA iniciou suas atividades no ano de 1971, tendo sido pioneiro no ensino privado de Porto Alegre, o primeiro curso de educação superior da instituição. Ao longo dos seus 50 anos, dedicou-se a formar profissionais que atuam em escolas, hospitais, academias e clubes. Os egressos do curso de educação física do IPA se destacam, tanto no contexto da educação e do esporte, como no da política. Atualmente o Centro Universitário Metodista oferece duas habilitações em educação física: bacharelado, cuja atuação está voltada às áreas da saúde, esporte e rendimento, de participação, lazer e no campo do *fitness*; licenciatura, que forma profissionais para educação na educação básica formal pública e privada. Com foco na excelência acadêmica, os cursos de educação física do IPA se destacam nas avaliações do MEC, principalmente no Exame Nacional de Desempenho de estudantes - Enade, bem como em diferentes indicadores de avaliação do ensino superior. Sendo assim, por toda a história construída ao longo desses 50 anos, pautada no respeito, na busca constante para proporcionar um ensino de qualidade aos seus alunos, formando não apenas profissionais, mas cidadãos, precisamos hoje, nesta Casa Legislativa, a Casa do Povo, a homenagem pelo transcurso do aniversário de 50 anos do curso de educação física. Por fim, parabênizo, não só os integrantes da Mesa, mas também a toda equipe diretiva, professores, professoras, alunos, alunas, funcionários e técnicos administrativos que vieram prestigiar esta solenidade. Parabéns a todos pelo belíssimo trabalho realizado. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Marcos Wesley, reitor do Centro Universitário Metodista – IPA, está com a palavra.

SR. MARCOS WESLEY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Trago aqui meu abraço fraternal da professora Luciana Dias, presidente da nossa mantenedora; do professor Ismael Valentin, direção geral da Rede Metodista de Educação; do professor Marcos Ziemer, presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – ABIEE, da qual sou um dos seus vice-presidentes. Presidente Márcio, a cada dia eu tenho certeza que eu sou um homem abençoado. Digo isso pela família que tenho, pelo privilégio e desafio de estar na liderança das atividades do melhor e do mais querido centro universitário de Porto Alegre, que é o IPA, cercado de pessoas tão especiais, competentes, sensíveis e dispostas; e hoje, em especial, pela oportunidade de estar aqui, na Casa do Povo de Porto Alegre para, em nome da nossa instituição, receber esta homenagem pelos 50 anos do nosso curso de Educação Física, que alegria! Fazer educação é uma missão política gratificante, nos revigora, nos enche de esperança. Contudo, fazer educação no nosso País, embora gratificante, infelizmente ainda é um conjunto de desafios. Não faltam apenas políticas públicas eficazes, mas também mais envolvimento sociedade organizada e das pessoas de forma individual. Mas esse conjunto de desafios não tem sido empecilho para o nosso trabalho, para o cumprimento da nossa missão. O IPA é uma instituição marcada pelo milagre bíblico da multiplicação. Há 100 anos, homens e mulheres metodistas, nos Estados Unidos, organizaram os recursos que não tinham para a compra de um terreno, a construção e implantação de um seminário para formação de pastores e para implantação de um colégio para meninos, o Porto Alegre College. Esses recursos, ainda na perspectiva do milagre, se multiplicaram, 50 anos depois, iniciávamos as atividades do primeiro curso superior do IPA, o curso de Educação Física, sendo esse o primeiro curso de Educação Física entre as instituições privadas do nosso Estado.

Professor Vargas, numa conta rápida, eu percebi que já faz 46 anos que entregamos a Porto Alegre, ao Rio Grande do Sul, ao Brasil e ao mundo, profissionais da Educação Física, profissionais com formação necessária para serem agentes de mudança positiva para nossa sociedade, agentes do milagre da multiplicação. Os egressos, como costuma destacar a professora Andrea, têm um papel importante neste momento de pandemia, pois desempenham diferentes papéis na nossa sociedade, muitas são professores, muitos são profissionais de Educação Física propriamente dito, outros empresários e até tem gente nossa, não sei se vocês sabiam, em Tóquio, como é o caso do Marcos e do Alexandre Teixeira.

Como se não bastasse, tem também o nosso pessoal no futebol – não é professor Afonso? Tem o nosso pessoal no futebol, entre eles o Felipão, o Lisca lá do Vasco e o William Medeiros do Cruzeiro aqui de Porto Alegre. Na nossa caminhada, alguns passos poderiam ter sido diferentes? Sim, claro. O metodista Nelson Mandela afirma que somente políticos de gabinete são imunes ao erro, para ele, os erros são inerentes à ação política. Nesse entendimento, continuamos a política e a pedagogia, trilhando o nosso caminho por meio do conhecimento, do diálogo, formando, assim, novos profissionais.

Hoje, destaco que o IPA oferece onze cursos, nas áreas da saúde, do direito e das licenciaturas, são eles: Educação Física, Bacharelado e Licenciatura em Psicologia, Fonoaudiologia, Farmácia – o melhor entre os centros universitários do Rio Grande do Sul –, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, Direito e Licenciatura em Música. Meus parabéns aos nossos professoras e professores do curso, aos atuais e aos que já deixaram as suas contribuições conosco, obrigado pelo carinho, pela dedicação de cada um de vocês.

Parabéns aos nossos estudantes, aos nossos egressos. Parabéns ao nosso pastor. Parabéns aos nossos técnicos administrativos. Parabéns à minha querida equipe de pró-reitores e pró-reitor, assessoras e assessores. O IPA somos nós; nesse sentido que possamos seguir cumprindo nossa missão, multiplicando conhecimento, lutando pela vida, sinalizando sempre a esperança. Pastor, Ver. Hamilton Sossmeier; Presidente Márcio, muito obrigado pela oportunidade de estarmos nesta tarde aqui, com as vereadoras e vereadores de Porto Alegre.

Que Deus continue abençoando os vossos trabalhos, e, como diz o salmista, resplandecendo sobre vós o seu rosto. Amém. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde Presidente Márcio, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste aqui na Câmara de Vereadores, público que nos assisti pela TVCâmara. Quero cumprimentar, com muito carinho, o professor Marcos Wesley, reitor do Centro Universitário Metodista - IPA, a professora Andrea Janz Moreira, pró-reitora, e o professor Leandro Silva Vargas, coordenador do curso de Educação Física. Falar do IPA é falar quase que da cidade de Porto Alegre, apesar dos seus 50 anos, mas a formação de jovens para Educação Física, para tantas outras atividades importantes para o crescimento do cidadão, só nos deixa muito felizes de poder hoje aqui, em nome da Câmara de Vereadores, entregar esta homenagem. Quero aqui parabenizar o meu colega, Ver. Hamilton Sossmeier, por esta indicação, trouxe à Mesa Diretora, e a Mesa está fazendo, em nome dos 36 vereadores, esta homenagem dizendo “sim”. Nós queremos muitos mais 50 anos para o IPA. A educação é importante para a formação do novo cidadão. Esses adolescentes, jovens adultos entram lá cheios de sonhos, que são concretizados pelas mãos dos professores, pelos ensinamentos, pelo conhecimento tão importante para termos futuros vereadores, professores, reitores, presidentes, enfim, médicos, professores de Educação Física e tudo mais que nós precisamos neste Brasil tão verde amarelo e amarelo.

Vida longa à educação aqui, em Porto Alegre, e principalmente ao IPA, mas que nós possamos, sim, cada vez mais pensar numa educação de qualidade, uma educação formadora de cidadãos que venham a contribuir. Está faltando tanto nas pessoas a contribuição. Todo mundo, infelizmente, uma grande maioria, Presidente,

quer se locupletar, quer o eu; nós queremos o coletivo, que fala sempre mais alto, principalmente no que se trata a educação de qualidade, que é o que o IPA tem. Sou também formada em Educação Física pela ESEF, a nossa escola de Educação Física da Brigada Militar. Vou ser sincera que não consigo sair do básico ali, mas fico muito honrada de poder fazer parte do CREF aí, então dos professores de Educação Física também. Quero dizer a vocês que continuem nessa caminhada de construção de pontes para que, através da educação, a gente possa ter, sim, uma Porto Alegre muito mais especializada na saúde, não só física, mas também mental das pessoas, que nós estamos precisando. Vida longa ao IPA, muitos mais 50 anos. Parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. Eu também quero aqui me somar às palavras da vereadora, agradecendo ao Ver. Hamilton e todos já nominados, mas em especial ao professor Marcos Wesley, professora Andrea Janz Moreira e o professor Leandro Silva Vargas. A gente agradece penhoradamente. Eu acho que a Educação Física, em um ano de olimpíadas, aflora ainda mais o interesse dos jovens. O esporte tem demonstrado que é um grande orientador no quesito disciplina, hierarquia e respeito, então acho que é fundamental não somente para essas questões, mas também para o aperfeiçoamento da saúde mental e física. Fica aqui o registro. Quando se fala em Câmara, se fala na cidade – esse é um reconhecimento da cidade ao IPA a tudo que representa, não só a Educação Física, mas o IPA como instituição ao longo desses 50 anos de história. Parabéns ao curso de Educação Física.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Em nome da bancada do MDB, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Pablo Melo e eu, queremos cumprimentar o reitor Marcos Wesley, a professora Andrea Moreira, pró-reitora, professor Leandro Vargas, coordenador do curso de Educação Física, pelos 50 anos desse curso. Nós estamos numa fase em que estamos precisando muito da Educação Física. A Educação Física ainda não foi reconhecida como integrante da área da saúde. Eu tenho um projeto que está já quase indo à votação para isso, porque nós vimos, nesta pandemia, a necessidade de quem já fazia algum tipo de exercício, alguma academia, que tinha algum *personal*, ou mesmo as suas orientações externas, ao ar livre, ficamos sem nada; com isso, a saúde também foi prejudicada. Então queremos cumprimentá-los por tantos anos de curso do tão conhecido IPA, e por estar aqui sendo homenageados por iniciativa do Ver. Hamilton Sossmeier. Parabéns a vocês. Vida longa ao IPA.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero deixar aqui o destaque em nome da bancada dos trabalhadores, das trabalhadoras do PT. Eu tive a honra de ser aluno do IPA. Eu me formei no IPA, minha graduação foi em Música, naquela casa muito andei, nove livros publicados também pela editora do IPA. Então, é uma casa de muito valor para os gaúchos e gaúchas. Parabéns ao curso de Educação Física. Parabéns a essa instituição que muito contribui para a consolidação da ciência, da educação, do ensino, da extensão, junto a esse centro universitário. Muito obrigado pela presença. Parabéns.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente, me direcionar a toda direção do IPA, que forma grandes profissionais e que, sem dúvida, contribui para o crescimento no esporte, mas principalmente na formação de caráter de cidadãos brasileiros, principalmente em Porto Alegre. Então, meus parabéns, é um exemplo para nós essa continuidade e esse trabalho maravilhoso que vocês fazem na formação de grandes profissionais. Em nome da bancada do Partido Progressista, meu e da Ver.^a Mônica Leal, um grande abraço. E, se tiverem alguma questão aqui na Casa, podem nos procurar porque nós estamos muito contentes com o trabalho de vocês e entendemos que é fundamental para a criação de crianças, jovens e adultos a prática do esporte, mas, principalmente, na formação de cidadãos. Parabéns!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Márcio; saúdo o Dr. Marcos Wesley, reitor do IPA, Dra. Andrea e Dr. Leandro, saudando vocês, saúdo todos os trabalhadores, todos os professores, todos os funcionários do IPA porque nada funciona se nós não trabalharmos em muitas mãos. Em nome da bancada do PSD, gostaria de parabenizá-los pelos 50 anos e dizer que, na minha casa, eu tenho um aluno da educação física, um campeão de fisiculturismo. Eu sei a importância da educação física na vida dos nossos jovens, dos nossos adolescentes e dos grandes profissionais que vocês formam anualmente. Parabéns! Vida longa ao IPA.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Márcio Bins Ely, boa tarde. Queridos reitor, professores, professora Andrea, Prof. Leandro, eu vinha ouvindo no carro e fiquei muito impressionada com a sua manifestação, com seu discurso

quando falou em disciplina, em questões tão importantes, desde o passado ao presente para o futuro. Eu sou filha - orgulhosa - de militar, formado em Educação Física e, na minha casa, a educação física era algo sagrado. Eu tenho dois filhos profissionais liberais, mas que levam tão a sério a questão dos exercícios, da educação física, que são campeões de jiu-jítsu, faixa preta tal qual como o avô deles Pedro Américo Leal, que começou pela família Gracie, no Rio de Janeiro. Então, na nossa casa, a educação física faz parte do nosso currículo familiar. Eu moro perto do IPA, caminho ali e aprecio aquela maravilhosa instituição. Contem sempre com meu apoio. Vida longa a essa instituição tão importante, que é o nosso cartão cultural da capital do Rio Grande do Sul. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente. Parabenizar o Centro Universitário Metodista - IPA, pelos seus 50 anos de existência e por ajudar nossa juventude, nossos jovens, adultos, deve ter idoso lá também que faz educação. Eu, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, aqui na Casa, vejo a importância da educação física, principalmente para essas pessoas também, que elas possam continuar tendo a sua vida longa. Então, parabéns ao IPA, aos seus 50 anos. Que Deus abençoe a todos vocês! Um grande abraço. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio Bins Ely, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Quero trazer um abraço, em meu nome, Ferronato, em nome do partido PSB, e fazer aqui os cumprimentos à direção do IPA, em nome do Dr. Marcos, da professora Andrea, do professor Leandro, pelos 50 anos do IPA, da nossa Faculdade de Educação Física. Na verdade, o reconhecimento ao IPA, por Porto Alegre, vem de longe, tradicionalmente pelo curso de educação física; portanto, meus cumprimentos.

Quero dizer que minha filha também estudou no IPA, minha filha mais velha fez faculdade ali, hoje está muito bem graças aos belíssimos cursos que o IPA tem aqui na cidade. Parabéns! Cumprimentos! Vida longa! Um abraço a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço a todos os vereadores que me apartearam aqui. Agradeço mais uma vez e convido todo o corpo docente presente para que possamos fazer uma fotografia aqui na frente, junto das autoridades que compõem a Mesa, por ocasião do transcurso da homenagem aos 50 anos.

(Procede-se ao registro fotográfico e à entrega dos diplomas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h24min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h29min: Estão reabertos os trabalhos. Agradecemos a todo corpo docente do IPA, em especial da Faculdade de Educação Física, todas as autoridades. Muito obrigado pela presença. Agradecemos e registramos a presença de Cassio Trogildo, secretário Municipal de Governança Local e Articulação Política.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; cidadãos que nos acompanham nesta sessão desta tarde. Hoje, em Porto Alegre, aconteceu o movimento em defesa da Carris, uma empresa de transporte público da cidade que tem uma enorme importância, principalmente na questão social. A Carris, agora em tempos de pandemia, absorveu 23 linhas que as concessionárias atuais não quiseram porque eram deficitárias. Essa empresa, chamada Carris, tem mais de 2 mil servidores, que, com a liquidação da Carris, estão perdendo seus empregos. Os senhores acham justo que o governo municipal, sem diálogo com a Câmara, no caso de apoiar a comissão especial que está sendo constituída, para discutir todo o sistema de transporte público, é legal que ele faça isso sem discutir com a sociedade e com a Câmara Municipal? Claro que não. E é por isso que nós fizemos um apelo, porque neste tempo de pandemia, desde o governo anterior, já foram repassados recursos significativos para subsidiar o transporte público, no caso as concessionárias privadas. Mas para a Carris, o que foi que o governo municipal concedeu? Ele está dizendo que está aportando recursos para a Carris e que não vai mais aportar recursos, por se tratar de uma empresa pública. É exatamente o contrário, é para a empresa pública que ele deveria transportar recurso para poder dar viabilidade a ela, porque ela acabou absorvendo as piores linhas, que são deficitárias. Ao longo desses últimos três anos, as concessionárias ganharam isenção do ISSQN, ganharam a possibilidade de projetos aprovados aqui nesta Casa de aumento da vida útil dos ônibus, de dez anos para 13 anos, acabaram com a segunda passagem aqui em Porto Alegre, lembram? Retiraram a gratuidade dos idosos de 60 a 64 anos e, agora, o governo, além disso, quer acabar com os cobradores, o projeto está tramitando aqui, e, além disso, reduzir a meia-passagem aos estudantes. É muita audácia! Tudo para as concessionárias! A passagem continuará aumentando, e vai querendo liquidar a Carris! É o apelo que nós fizemos, em nome da bancada do Partido Trabalhadores, recebam os trabalhadores. O prefeito agora fez um gesto que tem que ser elogiado, quando diz que vai receber os trabalhadores, hoje, às 16 horas, mas não é necessário votar esse projeto açodadamente. O nobre secretário de articulação política que está aqui conosco, no plenário, o Vereador Cassio, disse que nessa semana não vota, mas, possivelmente, na semana que vem. Nós fizemos um apelo para não votar na semana que vem, para não

votar, para retirar o projeto de lei, tanto da liquidação da Carris, quanto da exclusão dos cobradores de ônibus do transporte público de Porto Alegre. Vocês já imaginaram os ônibus circulando na cidade, e o motorista, ao parar e abordar um cidadão, um cadeirante, ter que sair lá do volante e ir lá no elevador do ônibus e introduzir o cadeirante para dentro do ônibus? Vocês já imaginaram isso em horário de pique? Quanto tempo vai demorar? Quanto vai engarrafar a cidade? Quanto tempo a mais o cidadão vai demorar para retornar à sua casa? É lamentável! O cobrador que faz esse serviço dá mais segurança e controle inclusive o assédio entre as mulheres, dentro dos coletivos. Nós queremos fazer um apelo ao governo. O governo assumiu, com muita audácia, quer votar tudo no primeiro ano, mas tudo com maldade. Para concluir, nós não podemos operacionalizar a política como se ela fosse um negócio. A política não é um negócio, a política é uma questão fundamental, democrática e de diálogo e é por isso que nós pedimos sensibilidade ao governo. Retire esses projetos de lei que têm tamanha maldade contra os servidores e os cidadãos, onerando anualmente com o valor da passagem insuportável. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente em exercício, Ver.^a Comandante Nádia, vereadores e vereadoras, o Ver. Oliboni trouxe o tema da maior relevância aqui. Nós passamos a discutir com intensidade a questão da Carris porque ela nos foi trazida, por óbvio, contra a vontade da oposição, mas Ver. Matheus Gomes, ela chegou na Casa, não da maneira como nós gostaríamos, não com o conteúdo que imaginaríamos. E aqui abro um parêntese, do meu ponto de vista, inclusive o projeto está carente de dados que seriam vitais para análise. O Ver. Oliboni já analisou essa questão junto também comigo. Nós vimos que falta ali o elemento central dos dados da capacidade econômica de arrecadação e gastos, detalhadamente – não tem no projeto. O projeto tem duas folhas, não é isso, Ver. Matheus? Duas folhinhas singelas. Então nós estamos falando de uma empresa de 149 anos! Nós estamos falando de uma empresa que é a melhor empresa de transporte público do Brasil. Nós estamos falando de uma empresa que começou no século XIV com um vagãozinho puxado por burricos, depois cavalos, e finalmente o motor à combustão. Então, Ver.^a Laura Sito, nós estamos falando de uma empresa como a Carris que é um verdadeiro símbolo de Porto Alegre, é um cartão postal de Porto Alegre. A empresa Carris como símbolo para nós, está como o Mercado Público, está com o pôr do sol, está como a estátua do Laçador, são símbolos de Porto Alegre, símbolos históricos. Para nós, símbolos importantes; para todos, são símbolos reconhecidos pelos seus valores. Uma empresa que ganhou prêmio de melhor empresa do Brasil, uma empresa que é referência, porque todo mundo sabe, e eu tenho

que dizer que essas empresas de ônibus de Porto Alegre e fora daqui também, mas nós estamos tratando da capital, formam uma verdadeira máfia, onde apenas seus interesses importam e há 60 anos mandam em Porto Alegre, há 60 anos, são seis décadas. E quando elas não querem transportar, quando tem algum interesse contrariado, elas não transportam, elas cortam linhas, elas demitem trabalhadores. E como fica a população? A população de Porto Alegre vai ficar refém dessas empresas? Vai depender da boa vontade delas em fazer ou não o seu serviço para o qual elas são muito bem remuneradas? Colocam a tarifa que querem. Nós vimos recentemente o episódio da Trevo, quando a Trevo não trabalhou nas linhas que ela teria obrigação, foi a Carris lá e cumpriu o serviço. A Carris é a referência e a garantia de que o povo de Porto Alegre, de fato, vai ter sempre o direito de ir e vir, porque ele vai ter a Carris. "Ah, mas a Carris não dá lucro!" Bom, empresa pública não é para dar lucro. "Mas gasta demais." Então vamos estudar, nos tragam um projeto aqui, nós temos boa vontade. Tem que mudar alguma coisa? Vamos fazer as mudanças. Eu nunca vi um paciente, porque está doente, Matheus, ser condenado à morte. Não, vamos tratar o paciente, vamos levar ao hospital, vamos dar remédio, não é, Roberto, vamos fazer alguma coisa. "A Carris está com problemas, então vamos vender." Não! Não é assim. Há problemas? Vamos discutir e vamos corrigir. A oposição tem toda a boa vontade para isso. O que nós não aceitamos é perder o patrimônio público. Daqui a pouco o prefeito vai querer vender o Mercado Público, vai vender a Praça Montevideu, enfim. Não é assim que funciona, não é assim. Não é para dar lucro. O prejuízo é excessivo? Vamos trabalhar essa questão, Ver. Alex Fraga, mas não, a solução simplista e que o mercado gosta: vão passar para o mercado definir. "É o mercado com a Carris, azar é do povo." Então nós temos divergências, sim, com essa questão, é uma forma de olhar diferente, é uma forma de ver de outra maneira, da maneira que interessa. Da nossa forma de ver, a Carris é um símbolo e é também um conteúdo de valores sérios, importantes e imprescindíveis para Porto Alegre. Por isso, nós vamos lutar muito contra qualquer tentativa de venda, de privatização, de alienação, de extinção da nossa Companhia Carris Porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, subo a essa tribuna também para debater a situação do transporte coletivo por ônibus, aqui na cidade de Porto Alegre. Hoje a Carris amanheceu com mobilização dos rodoviários, em frente à garagem, justamente porque é inaceitável um projeto que não tem estudo de impacto financeiro, ou seja, nós, vereadores, ainda não recebemos o estudo de impacto financeiro. Eu, enquanto vice-presidenta da CUTHAB, desde mês de março estamos solicitando ao governo qual é a justificativa plausível para desestatização da empresa pública que cumpriu e vem cumprindo um papel fundamental na garantia do direito ao transporte. Direito que, em meio à pandemia, as

empresas privadas rouparam contrato com a Prefeitura, avisam posteriormente a EPTC, e quem pagou por tudo isso foi a população. As empresas privadas também receberam subsídios, no marco de R\$ 60 milhões, no ano 2020 e 2021, devem aos cofres públicos um valor também de R\$ 60 milhões, uma dívida que está sendo ajuizada e nós queremos saber se essas dívidas vão ser perdoadas por parte do governo Melo que está seguindo a mesma agenda do governo Marchezan. Tratar o problema do transporte como se fosse uma questão de redução de custos, rodoviários, cobrador, meio passe estudantil, as linhas e os horários não são custo. Nós precisamos, para ser competitivo, resgatar o transporte coletivo por ônibus na cidade e investir em qualidade e regulamentar os aplicativos. Duas questões que, novamente, esse governo que, desde a gestão Fortunati/Melo, gestão Marchezan, não enfrenta a natureza privada da gestão do transporte que, para nós, é o principal problema que tem que ser enfrentado. Privatizar a Carris é premiar a péssima gestão que as empresas vêm apresentando para nós, e eu fico abismada com o silenciamento de boa parte da Câmara de Vereadores em relação às fraudes apresentadas, às notas frias, nota de lavanderia, de restaurante, de empresa que nem circula em Porto Alegre; tudo isso justificado na auditoria que foi contratada pela Prefeitura. E a Câmara segue fazendo vistas grossas a isso! A auditoria da Auge, contratada no valor de R\$ 350.000 e que a gente ainda não teve o relatório final e, mesmo assim, segue-se o plano de aprovar esses projetos. Existem seis inquéritos hoje abertos no Ministério Público, um deles, da pasta de patrimônio do promotor Felipe que deu até 10 dias para Prefeitura se manifestar em relação à criação da conta que tem que ser pública para serem alocados recursos extra- tarifários e, de até 90 dias, para que a transferência seja feita da gestão do *software*, dos equipamentos para máquina pública. Isso é algo que está previsto no edital de licitação desde 2015. E também aqui dentro dessa Câmara de Vereadores sucessivas isenções de ISSQN foram aprovadas sem que houvesse a fiscalização em relação aos contratos das empresas. Metas não cumpridas, multas não pagas, contratos que nunca foram reavaliados na perspectiva de quem pega o ônibus nesta cidade. Os ônibus seguem tricaros, trilotados, tridemorados; aprovar esses projetos que querem reduzir cobradores, desestatizar a Carris, reduzir o meio passe estudantil, criar critérios socioeconômicos: nada disso garante que amanhã vai ter linha circulando na cidade; nada disso garante que a gente vai ter uma qualidade no nosso transporte coletivo; nada garante que a passagem vai reduzir. Não tem contrapartida alguma, simplesmente é dar mais recurso público por que as empresas – anatem – vão continuar exigindo subsídios. O transporte não vai ser mais competitivo, aprovando esses projetos. Se nós regulamentássemos os aplicativos, já seria um passo no sentido da resolução do problema, mas o governo Melo não está se propondo a isso. Então, não vai ter uma contrapartida imediata, eficaz que permita o transporte coletivo por ônibus sair dessa situação de colapso; pelo contrário, é mais condição de desemprego por que tantos os rodoviários da privada – os cobradores –, quanto os trabalhadores da Carris – para onde vocês acham que esses trabalhadores vão ir procurar emprego? Eles irão diretamente para os aplicativos, e só na cidade de Porto Alegre são 40.000 aplicativo circulando. Se todas as pessoas que utilizam transporte coletivo por ônibus for utilizar o carro individual para se deslocar, a cidade vai parar. E

é isso que está sendo proposto quando não se enfrenta a natureza da crise do transporte, e, com certeza, gente, não é o cobrador, com certeza não é o estudante, tem uma máfia que gere de forma ilegal e fraudulenta as contas, que vem prejudicando a Carris e tem... Um dos pontos da representação que foi aberto inquérito no Ministério Público de Contas – para concluir – 40 milhões que não foram repassados, só no ano de 2019, para empresa pública, só no ano de 2019! Há quantos anos a Carris vem sendo prejudicada pela máfia da ATP? Não sabemos.

Eu acho um absurdo os vereadores seguirem premiando essa péssima gestão em detrimento de um debate sério e de enfrentamento aos privilégios dessa máfia que ajuda a eleger diversos que estão aqui hoje. Então, é essa a nossa denúncia; toda solidariedade aos rodoviários, toda solidariedade às comunidades que estão aflitas esperando uma resolução para esse conflito hoje que é a crise do transporte e que infelizmente não vai vir deste governo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Nádia, senhoras e senhores vereadores, já na década de 90 eu, à época, apresentei uma sugestão ao governo municipal para uma extensão da Rua Ramiro Barcelos, da Rua Voluntários até a Av. Presidente Castello Branco. Isso foi concretizado e nós temos a extensão dessa rua, porque antes todo o ingresso à Av. Presidente Castello Branco via *freeway* se dava na rodoviária. Agora é com a área sinistrada da segurança pública, lamentavelmente pelo incêndio trágico, estou apresentando uma proposta ao governo municipal para que aquela área seja tramitada no sentido de ver de que maneira se melhorem as condições da nossa rodoviária de Porto Alegre que, há décadas, temos estudos, ideias de transferência do local porque se diz que ali já está esgotado, e há uma resistência bastante interessante do cidadão e da cidadã de Porto Alegre no sentido de que a rodovia permaneça ali. Portanto, uma das possibilidades daquele terreno da segurança pública seria um olhar de ver de que maneira se pode melhorar as condições da rodoviária de Porto Alegre. Essa é a minha proposta, um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, transporte; quem se importa com transporte? Qual político de verdade se importa com transporte do povo? Tem gente que sai da sua repartição, sai da sua mesa, entra no seu carrinho e se vai embora; não dá bola para o busão do povo, superlotado, aglomeração, sem

protocolos, tripulação mal remunerada e ameaçada no direito de ter o seu emprego. Esse é o transporte de Porto Alegre: muito caro e não oferece à população o que deveria oferecer. Das linhas, 39 foram encerradas em 2020, suspensas eles disseram. Mas eles encerraram, unificaram, virou uma lambança, e os grandes empresários – não estou falando do pequeno, estou falando de gente que tem frotas enormes de ônibus na capital, garagens, patrimônios, sabe-se lá onde, mas muito patrimônio; eles mandam e desmandam há muito tempo, eles ajudaram a produzir o que há aí, e agora eles dizem que é um problema, que tem que ser resolvido, e o prefeito que está se mostrando o inepto diz que o problema é o cobrador, diz que o problema é a Carris! Veja só você que pega o T7, o T4, o T6; você aí que pega o T11 de norte a sul sabe que a Carris tem qualidade, mas o prefeito diz que não, que quem tem qualidade é a privada. Sim, a privada que agora há pouco tempo deixou os ônibus na garagem, dizendo que não tinha diesel. Sabem o que o prefeito fez? Ele não multou ninguém, não; ele botou os ônibus públicos da Carris, esses que você paga, para substituir a privada, mas agora ele quer vender a pública para privada porque ele diz assim: “vai ser a solução, vou reduzir o valor da passagem em 20%”. Essa matemática dele é fantástica, é praticamente uma matemática quântica, eu não sabia desses dotes do prefeito de mecânica quântica, de matemática; é um prefeito surpreendente. Agora, na matemática real do rodoviário, do motorista, do cobrador que conta os níqueis para pagar o leite e o alimento para os seus filhos, dessa matemática o prefeito não entende. Inclusive o prefeito foi para rádio hoje de manhã. Prefeito Mello, eu não acredito que o senhor falou aquilo na Guaíba: “eu estou botando três ônibus para circularem só com motorista, para mostrar que é mais barato 0,70 centavos a menos e vou cobrar R\$ 4,00”. Disse Sebastião Melo hoje. Prefeito, o senhor sabe que de bravatas muitos vivem, mas aqui nesta Câmara nós entendemos de lei. Art. 34, da Lei nº 8.133 é claro: é proibido circular ônibus na capital de Porto Alegre sem a tripulação mínima. E o senhor sabe que a tripulação mínima é motorista e cobrador. Então, se o senhor fizer isso, ou se o senhor fez isso hoje, é simplesmente improbidade administrativa, e o senhor é advogado – formou-se já faz tempo, talvez não esteja lembrando das leis – improbidade administrativa. Peça para sua assessoria pesquisar o que é. Não, prefeito, não se deve brincar de gestor com coisa séria; transporte público. Não se deve brincar com 3.200 famílias num desemprego enorme de 15 milhões de brasileiros que não têm de onde tirar renda. O Sr. Prefeito está imbuído de um sentimento que não é o sentimento da campanha. Lá o senhor não falava que seria o prefeito do desemprego. É, está sendo o prefeito que vira as costas para a população que mais precisa, e ainda foi dizer que abriu o diálogo! Que diálogo? Ouve, mas não constrói; ouve, mas não potencializa a coletividade. Isto não é diálogo, isso é simulação, e nós, em Porto Alegre, não aceitaremos simulação O senhor entregou R\$16 milhões às empresas privadas e diz que não vai mais entregar dinheiro para empresa pública. Claro, porque o senhor só quer entregar para as empresas privadas, para os grandes empresários. Eu sei que o Ricardo Gomes adora isso, adora alto empresariado, adora queijo *brie*, adora champanhe francês, mas eu achava que o Melo comia pastel, eu achava que o Melo gostava de um bom carreteiro, pelo o que eu estou vendo, não é esse o Melo do povão! Não é o Melo que gosta do povo que anda de busão, pois quer

transformar um transporte que já é sucateado em pior ainda, vendendo uma empresa que é balizadora de qualidade. Nós, do Partido dos Trabalhadores, não aceitaremos! Por isso seguiremos na luta. Parabéns aos rodoviários e rodoviárias pela luta! Ficam os cobradores e fica a Carris! E o Melo vai refletir sobre o que ofereceu na campanha que não está sendo a implementação do seu programa agora.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pablo Melo está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sra. Presidente Nádia Gerhard, senhoras vereadoras e senhores vereadores. Muito se tem visto de discursos ideológicos, tanto à direita, quanto à esquerda, e, por onde passo, Ver.^a Mônica, tenho dito: ideologia não gera um emprego; ideologia não coloca comida na mesa de ninguém; ideologia, enfim, não coloca médico nem remédio em posto saúde. Nesse sentido fizemos um movimento muito importante nos últimos dez dias, tivemos algumas reuniões com os permissionários do Mercado Público, junto com o deputado federal Osmar Terra, que se comprometeu, Ver. Bobadra, em trazer o ministro Gilson Machado a Porto Alegre para tratar da revitalização daquele que é o centro e o coração do Centro Histórico de todos os gaúchos e gaúchas. O ministro esteve aqui em nossa cidade e comprometeu-se a ajudar na revitalização daquele que é um polo de desenvolvimento econômico, gastronômico e cultural da nossa capital. Por isso fica registrado que por articulação deste gabinete junto a um deputado federal é possível, sim, trazer recursos. E agora é a hora de amarrar, agora é a hora de firmar o apoio do ministro do turismo para trazer esses recursos para Porto Alegre e construir um novo Mercado Público, uma revitalização plena, que beneficie os milhares e milhares de porto-alegrenses que frequentam o centro da nossa cidade e também aqueles que vêm da Região Metropolitana todos os dias.

Quanto à questão da Carris, eu quero falar para você, telespectador, telespectadora e para todos aqueles que nos acompanham nas redes sociais: as questões-chave da Carris para mim são básicas, Presidente Márcio Bins Ely. A população não se importa se uma empresa é pública ou se ela é privada, ela quer saber é se o transporte passa na hora, a população quer saber se o transporte é de qualidade e se o preço é acessível para a população. Então, nesse sentido, a empresa Carris, que é amada por todos os porto-alegrenses, sem dúvida nenhuma, Ver. Jonas, é uma empresa que vem apresentando déficit há dez anos seguidos; chegamos a quase R\$ 433.000.000 aportados pela Prefeitura de Porto Alegre, seja do governo do prefeito A, B ou C, e com recursos teus, contribuinte! Esses recursos que são passados para companhia Carris para fechar o rombo que tem dado lá anualmente. Este ano, todos os meses, têm sido aportados pela Prefeitura de Porto Alegre R\$ 6 milhões na empresa Carris. Ora, o custo do quilômetro rodado da empresa Carris também é 21% mais caro do que o custo nos consórcios privados. E aqui ninguém está defendendo que tem que ter dinheiro público para

empresa privada, mas também não tem que ter dinheiro público para a Carris, pois esse é o dinheiro que é do contribuinte, e dinheiro do contribuinte é para ser investido nos serviços básicos e fundamentais: saúde, segurança pública, infraestrutura e saneamento básico. Por isso essa discussão está na Casa, nós temos que dialogar, dialogar e dialogar. Nós temos todo o respeito pelos funcionários da Carris, mas do jeito que está, não dá! O mundo mudou, nós temos 30% de isenções no transporte público da capital e ninguém suporta, nenhuma empresa - pública ou privada -, Ver. Jessé, tamanhas isenções como as que temos na capital. Nós adicionamos a esse bolo a questão dos aplicativos, a questão pandêmica e você vê agora o colapso do transporte público em Porto Alegre. Então, algo precisa ser feito, muito diálogo nesta Casa, com muito respeito e em alto nível e temos a convicção que esta Câmara de Vereadores novamente votará a favor da esmagadora maioria dos porto-alegrenses. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, colegas vereadores, Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara. Hoje, estamos aqui num dia importante para a nossa cidade, quando nós temos a opção de restabelecer a ordem e a justiça. Temos a grande oportunidade de suspender o aumento de IPTU da nossa cidade. Fizemos cortes na própria carne, houve a reforma da previdência da União, dos Estados e do Município, e não poderia ser diferente em Porto Alegre. Hoje nós aprovamos a reforma do nosso Município. Enfrentamos muitas dificuldades, mas logramos êxito, pois sabíamos que o dia de hoje ia chegar. Então quero parabenizar o Poder Executivo, o nosso prefeito, o vice, os colegas que votaram a favor da reforma da previdência para que hoje nós pudéssemos nos orgulhar deste dia tão importante de votarmos a favor de suspender o aumento do IPTU em Porto Alegre. Então, as famílias, mais de 1 milhão e 500 mil pessoas que moram em Porto Alegre agradecem aí, pois nós vamos atenuar as dificuldades dos bolsos dessas famílias.

Um outro tema muito importante da nossa cidade é a segurança municipal. Há pouco tempo, um colega vereador falou aqui sobre o Centro Histórico, que é o coração da cidade, que é o coração do Rio Grande e que deve passar, sim, por uma revitalização. Eu como Presidente da Frente Parlamentar dos Moradores e Comerciantes do Centro Histórico, também sou Presidente da Comissão de Segurança e Direitos Humanos, sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, tenho a obrigação aqui com mais de um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre de trazer à baila um assunto importante, que é a nossa segurança municipal. O Centro precisa de uma reestruturação, de iluminação, mas as pessoas precisam também de uma sensação de segurança. E a sensação segurança se dá através da polícia na rua, seja a

Brigada Militar, sejam as outras polícias, ou então a nossa própria Guarda Municipal, futura Polícia Municipal. Eu quero pedir aqui ao nosso prefeito, ao nosso secretário de segurança, à Secretaria da Fazenda, aos colegas vereadores que nós possamos viabilizar um novo concurso para a Guarda Municipal. Nós precisamos de, no mínimo, cem guardas municipais para a nossa cidade, para começar a fazer o policiamento municipal e dar a sensação de segurança pelo menos no Centro Histórico. Pois se nós tivermos mais sensação de segurança na nossa cidade, as pessoas vão voltar a consumir, se consumirem, vai se ter tributo para investir em educação, segurança, saúde e em programas de desenvolvimento.

É importante ressaltarmos na data de hoje, nós estamos informando a todos, que nós lançamos, no final de semana, a Frente Parlamentar da Escola Sem Partido. E nós temos o apoio de muitos vereadores. Por que a Frente Parlamentar da Escola Sem Partido? Nós entendemos que escola é para aprender português, matemática, geografia; não é para aprender coisas de doutorado, de mestrado, como linguagem neutra, por exemplo.

Então, temos que ensinar o nosso jovem a pescar e não dar o peixe. E como é que se faz isso? Ensinando história, geografia. Voltar, quem sabe, técnicas domésticas, técnicas agrícolas, técnicas industriais, os nossos jovens cantando o Hino Nacional, o Hino Rio-Grandense. Então, quero parabenizar os colegas vereadores que assinaram conosco a nossa Frente Parlamentar da Escola Sem Partido.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito que o nosso diretor verifique as presenças para que possamos ingressar na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, trinta e três Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h12min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao PLCE nº 015/21.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Moisés Barboza e do Ver. Idenir Cecchim, ao PLL nº 184/17.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLL nº 184/17 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento): Solicito adiamento de discussão do PLL nº 007/19, por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 013/21.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 013/21.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito inclusão na priorização da Ordem do Dia de hoje do PLL nº 135/20, se possível.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o projeto ainda não tem parecer da CCJ. Provavelmente, na quarta-feira, estará em condições, e, na reunião de líderes, poderemos priorizá-lo. Fica o indicativo de fazermos essa inclusão na quarta-feira.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0697/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 015/21, que altera o § 2º do art. 14, inclui o art. 14-A, e revoga o § 3º do art. 14 e o art. 15 da Lei Complementar nº 859, de 3 de setembro de 2019; altera o § 7º do art. 67, o *caput* do art. 82 e a Tabela IX, e inclui o § 5º ao art. 82, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973; e revoga os §§ 4º e 5º do art. 26 da Lei Complementar

nº 197, de 21 de março de 1989. (**Suspensão/aumento/IPTU/2022 a 2025, e demais alterações.**) (SEI 118.00204/2021-57)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação das Emendas nºs 01, 02 e 03 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01, 02 e 03.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 02 e 03, dos Vers. Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro e Moisés Barboza;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 23-08-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 015/21. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde colegas vereadores, boa tarde a todos que nos assistem na TV Câmara; eu me elegi vereadora para ver este projeto ser votado hoje. Uma das minhas promessas de campanha era trabalhar a sensibilização do governo para que houvesse a revogação do mais nefasto aumento de IPTU que esta cidade já viu. E graças a Deus, o nosso prefeito Melo e o vice Ricardo Gomes, já durante a campanha, empunharam essa bandeira da necessidade de rever o que foi feito. Eu gostaria aqui de lembrar com vocês alguns detalhes do que eu considero um dos maiores equívocos do governo Marchezan, não, de longe, o único. Não foi à toa que eu fui signatária do pedido de *impeachment* contra o governo Marchezan, que prosperou nesta Casa. Então esse aumento do IPTU que, infelizmente, foi aprovado, na época, por 22 a 14, eu espero ver a terceira, a quarta e a quinta parcela desse aumento serem derrubados aqui hoje nesta Casa pela unanimidade dos votos. Nós lotamos as galerias aqui para tentar impedir esse aumento do IPTU, nós usamos de toda a sensibilização possível na época, mas o prefeito não aceitava diálogo. Tanto não aceitava diálogo, que o próprio Ricardo Gomes, na época, Secretário de Desenvolvimento Econômico - faço jus aqui à coerência e à convicção do Ricardo -, deixou de ser Secretário de Desenvolvimento Econômico para vir para esta Casa votar contra porque não foi ouvido no governo. Tinha todos os argumentos necessários para provar que aquele aumento de IPTU era absurdo. Muito, muito longe de ser uma atualização da planta, traria enorme desgaste e pobreza para essa cidade. Não é à toa, que Porto Alegre virou um grande vende-se, aluga-se, e aquelas pessoas que tinham apenas um imóvel de aluguel, não conseguem alugar; pessoas que tinham salas comerciais de aluguel, não conseguem mais alugar. Porque o IPTU foi às alturas. Então, meus amigos, a gente teve a pandemia, toda a crise econômica advinda da Covid-19, e

junto com aumento do IPTU, que havia sido feito já na sua segunda parcela, Porto Alegre empobreceu. Dezenas e dezenas de negócios foram fechados, porque o IPTU é repassado para o locatário, e quem não tem condições de pagar, está aí: precisando de Refis, de renegociação. E o mais terrível de tudo, quem tem dívida de IPTU acumulada, durante o governo passado, já era colocado direto com o negativo no CPF, direto para Serasa, sem negociação. As pessoas perdendo seus imóveis, não podendo fazer empréstimo para capital de giro, para ter seus negócios. Enfim esse aumento de IPTU está entre as maiores injustiças que essa cidade já impôs a seus cidadãos. E esse aumento, que ficou acima de todos os aumentos de IPTU do Brasil, colocou Porto Alegre a nível internacional de cobrança de impostos. Impostos que a gente sabe que foram usados para tapar buracos históricos, inclusive, para pagar as contas da Carris no governo Marchezan. Então, meus amigos, eu deixo aqui sensibilização de todos vocês, para saber que essa terrível chacota contra a população de Porto Alegre tem que ser derrubada hoje. E hoje é o dia de fazer justiça e derrubar a terceira a quarta e a quinta parcela do aumento do IPTU. Infelizmente não podemos revogar a primeira e a segunda, porque se a lei assim o permitisse, e não tivesse nenhum tipo de problema judiciário envolvendo as contas do governo, eu tenho certeza que esse prefeito e esse vice-prefeito teriam proposto a revogação, porque já tem gente que, por causa de uma, duas parcelas, já não consegue mais pagar o seu IPTU. Ficou inadimplente e corre, sim, o risco de perder seu imóvel e de fechar o seu negócio. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes, está com a palavra para discutir o PLCE n.º 015/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, quero saudá-lo, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; que bom estar aqui neste momento. Nós que éramos daqueles 14 lutadores para não aumentar imposto em Porto Alegre. Sempre vinham com aquele papo: atualização da planta de imóveis em Porto Alegre. Não, gente, aquilo era aumento de imposto, aumento de imposto! Essa nomenclatura, atualização, era para enganar; o cidadão está cheio de impostos. Nunca eu votei aumento de impostos, seja aqui nesta Casa, como a Assembleia, quando fui duas vezes deputado. Está aí, hoje, a gasolina só chega a esse preço, aqui no Estado, porque nós pagamos 30% de ICMS na gasolina, é uma das causas desse preço exagerado em todo Estado. O maior índice de aumento da gasolina e ICMS é no Rio Grande do Sul. E aqui, em Porto Alegre, nós não queremos mais essas nomenclaturas para enganar bobo: atualização da planta. O cidadão sabe muito bem o que é isso aí: aumento de impostos. Nós vamos aliviar o residencial, vamos aliviar o comercial. Portanto todos serão aliviados dessa tragédia que se causou. E que foi, já disse a vereadora que me antecedeu, a derrocada do governo Marchezan. A derrocada do governo Marchezan! Que prometeu não fazer aumento de impostos nesta capital. Nós temos que lembrar isso, na sua campanha ele prometeu não aumentar impostos. Foi a maior traição dos

últimos tempos na capital gaúcha. Nesse sentido quero me posicionar já diretamente. Peço aos meus colegas que votem apenas a revogação do prefeito Melo, e não nas emendas n^{os} 1, 2 e 3. Daqueles que votaram lá atrás a favor do aumento de impostos. Então vamos separar o joio do trigo, não é momento de emenda para querer agradar, quando na realidade, lá atrás, votaram aqui contra aquilo que nós pregávamos, contra os 14. Foram 22 votos; 22 votos de surpresa. Então na realidade, nós temos hoje, já que o prefeito Melo prometeu e está cumprindo - prometeu e está cumprindo! - a revogação de aumento de impostos, do IPTU, de 2022 a 2025. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir o PLCE n.º 015/21.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; como disse o Ver. Cassiá e a Ver.^a Fernanda Barth, é uma alegria estar aqui hoje, nesse dia que revogará o tarifaço aplicado pelo governo Marchezan, um governo que, naturalmente, teve as suas virtudes, mas não por acaso saiu derrotado nas urnas na última eleição, em terceiro lugar. Algo extremamente raro, é verdade, Ver.^a Mônica, para quem é prefeito em Porto Alegre, que geralmente chega ao segundo turno. E com toda a máquina do governo, a população de Porto Alegre mandou o prefeito anterior para casa. Quero parabenizar aqueles vereadores que estão voltando atrás, acho que na vida a gente não tem que ter compromisso com o erro, é importante assumir um equívoco, ir para frente e agora retirar esse tarifaço que foi dado no governo anterior. Nesse sentido eu fui muito crítico, o nosso partido, MDB, na época se dobrou ao então prefeito, votou a favor e nós fomos ala minoritária dentro do MDB. Inclusive, o nosso atual prefeito, que nos liderava, era um que batia contra esse aumento de imposto. Mas a bancada da Legislatura passada entendeu que deveria votar a favor do governo Marchezan, e acabou por consolidar a vitória que teve, naquele momento, aqui na Câmara de Vereadores. E eu sou um dos vereadores que estão aqui agora, nesta Câmara, representando o meu partido, para nós tirarmos, revogarmos esse tarifaço injusto para a população de Porto Alegre. Renovou a bancada do MDB aqui na Câmara, e nós votaremos “sim”, pela retirada desse abuso e que também colocou o governo Marchezan no ostracismo. Muito obrigado, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE n.º 015/21.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Márcio, meu colega de bancada e nosso Presidente. Esse é um assunto que é bem provável – assim espero – que esta Casa aprove; é o projeto de suspensão das

parcelas que ainda faltam do aumento do nosso IPTU, porque esse é um compromisso, e fica muito bem claro aqui, dos dois candidatos que chegaram ao segundo turno. Tanto a Manuela defendia, como o prefeito eleito Sebastião Melo também defendia, a suspensão do aumento do IPTU aqui na nossa cidade. O prefeito eleito manda para esta Casa e nós estamos aqui cumprindo aquilo que foi debate, mas consenso entre as propostas para governar a cidade de Porto Alegre. Então não vejo motivos para que não possamos aprovar esse projeto por unanimidade nesta tarde, aqui em Porto Alegre.

O que eu quero aqui lembrar a alguns colegas vereadores que já me antecederam nesta tribuna e a alguns vereadores que chegaram nesta Legislatura, é que foi um grande embate na cidade, e eu fui um dos vereadores que mais mas bati nessa questão do aumento de IPTU, primeiro porque entendia que, no resultado fiscal do Município *per capita* nós estamos entre as capitais mais bem pontuadas, ou seja, em tudo aquilo que o Município de Porto Alegre arrecada de tributos municipais, *per capita*, estamos acima da média, pontuando entre as capitais que mais arrecadam. O que significa que a política fiscal do Município – estava aqui o secretário da Fazenda – vai muito bem, obrigado; no entanto, há que se reconhecer que a planta de valores do IPTU estava desatualizada há muitos anos, o que causa uma grande injustiça, porque algumas regiões, algumas localizações do Município estavam mais valorizadas e não pagavam o imposto adequado, correspondente àquela região. A segunda questão, para mim muito importante no que diz respeito à tributação, é a questão da progressividade, que foi incluída nessa atualização. Isso é o que há de mais moderno e necessário, diria que isso é consenso entre as correntes políticas, porque progressividade significa justiça social e justiça na repartição dos impostos. Essas duas questões – Nádia, que era vereadora conosco na legislatura passada – eram unanimidade entre nós: reconhecer que a planta estava desatualizada e que nós estávamos incluindo a progressividade. Nesse quesito eu quero aqui deixar a minha posição muito clara aos colegas vereadores de que talvez nós estejamos cometendo uma grande injustiça, o futuro nos dirá, e quem sabe a Secretaria da Fazenda irá nos auxiliar nesse sentido, num futuro não tão longo. Moisés, veja bem, o prefeito Marchezan fez a atualização, aprovou nesta Casa e já implementou, no primeiro ano, 2020; pois bem, então boa parcela dos imóveis da cidade, talvez os de mais baixo valor, já estejam chegando no seu limite, não terão mais reajuste para as próximas segunda, terceira, quarta ou quinta parcela. Eu queria chamar atenção, Oliboni, por causa disso: é bem provável que os imóveis que estejam mais desatualizados e de maior valor continuem desatualizados e pagando menos do que deveriam, ou seja, nós estamos atualizando os imóveis de menor valor – que também estavam desatualizados. Trago aqui essa discussão, porque eu irei votar favor, é um compromisso de ambos os lados, como eu disse isso aqui no início, tanto a candidata Manuela, que perdeu a eleição no segundo turno, como prefeito Melo se comprometeram a suspender, entendendo o momento que a economia precisa ser reaquecida, isso ia encarecer os negócios na cidade, trouxe um peso para as famílias porto-alegrenses, mas é bem provável – e essa resposta eu não tenho aqui agora – que nós estejamos cometendo uma grande injustiça, estamos trancando, suspendendo o aumento justamente daqueles imóveis mais caros e mais desatualizados aqui de Porto

Alegre, por isso eu deixo esse debate para um segundo momento. Quem sabe a cidade, Fernanda, tu, que estás chegando agora aqui, possa perceber isso ao longo dos próximos anos, porque teremos uma nova atualização de quatro em quatro anos, como ficou determinado na última lei que atualizou a planta de valores. Nesse debate, minha amiga e colega Ver.^a Lourdes, que é da Fazenda, sabe muito bem o que eu estou dizendo aqui, entende do assunto, nós podemos estar aqui cometendo uma grande ou maior injustiça do que já fizemos no passado.

O debate está colocado, a minha posição e da nossa bancada, colega Ver. Márcio, é pela aprovação do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público que está acompanhando a sessão. Vejam como as coisas mudam de um ano para outro, vejam só! Ali no final do governo Marchezan, no segundo semestre, foi aprovada a nova planta de valores do IPTU. Lamentavelmente, o projeto que o governo mandou para a Câmara – o governo anterior – onerava profundamente os cidadãos de baixa, média ou alta sociedade que tinham um imóvel e que pagavam o IPTU. Esses cidadãos tiveram um aumento de IPTU, no primeiro ano, de 30%, no segundo ano, de 20%, e esse projeto do IPTU que foi aprovado no governo Marchezan teria aumento por mais quatro anos, de 20%; quatro anos de 20% são 80%! Esse projeto de lei que o governo atual está mandando para Câmara, com o qual se comprometeu na campanha, o qual nossa chapa também na campanha se comprometeu, de redução do valor do IPTU, esse projeto retira as próximas parcelas de 20%. O que nós estamos votando aqui é a retirada dessas quatro parcelas, essa é a verdade. Lá atrás, quando o governo Marchezan mandou o projeto para a Câmara, nós, da bancada do PT, votamos contra o aumento, porque nós achamos absurdo o reajuste. É preciso atualizar a planta de valores? Nós, na época, dizíamos que era necessário, mas não da forma como o governo anterior fez, e muitos vereadores que votaram a favor daquela proposta do Marchezan que bom, agora mudaram de ideia. Olha só como é diferente de um ano para o outro. Percebendo que a sociedade, em tempo de pandemia, não tem condições, muitas vezes, de ter alimentação, passagem do transporte público, condições de comprar um remédio para família, ainda ter que pagar esses reajustes absurdos que promoveu o governo anterior?! Agora é mais do que um compromisso, independentemente de qual for o governo, para poder para poder baixar esse valor. É nesse sentido – inclusive nossa bancada foi liberada para votação – que este vereador vai votar a favor do projeto, mas contra as emendas, por uma questão de coerência; é uma incoerência, você era governo, e agora, por ser governo, tem outro discurso! Cá para nós, pessoal, não estamos aqui ganhando bem para poder dizer algo que não é coerente com aquilo que falamos no meio da sociedade. Quando você vai lá

na comunidade o cidadão reclama do valor do IPTU, da conta de água, do absurdo da conta de luz, e ninguém fala nada, os governos são neoliberais. O governo atual está fazendo um gesto, mas ele precisa fazer mais gestos: parar de privatizar o serviço de saúde, de educação, a Carris, do transporte público. O governo tem que andar mais pelas vilas, pelas comunidades, não só na classe média alta, o prefeito é um prefeito de todos cidadãos e não apenas de alguns. E os menos aquinhoados, o que estão fazendo? Muitos inclusive vivem, moram em área de risco. Prefeito Sebastião Melo, terá a nossa sinalização para retirar esse aumento absurdo de IPTU, mas tenha mais coerência nas outras áreas: abra o diálogo com a sociedade, quem sabe reativa o Orçamento Participativo para o senhor ver o calor humano da sociedade, indignada com a ideia da privatização dos serviços públicos; é isso que precisamos dizer ao prefeito municipal, para ele poder rever suas posturas. Mas quando for coerente, terá o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadoras e vereadores; esse é um tema muito importante e centralmente estratégico do ponto de vista do desenvolvimento da nossa cidade. O IPTU é um tributo municipal, portanto ele não tem uma destinação específica, ou seja, a arrecadação vai direto para o caixa da nossa Prefeitura, tendo implicações diretamente no conjunto de políticas públicas para nossa cidade. Por isso é importante que esse tema não seja apartado do conjunto do debate sobre o desenvolvimento de Porto Alegre, sobre o papel do Estado na redução das desigualdades e principalmente, ou tanto quanto, no estímulo à nossa economia. Curiosamente, a inexistência de políticas de assistência social em Porto Alegre, o conjunto de ataques ao serviço público, que não só presenciamos nesta Casa, como infelizmente, uma grande maioria inclusive deu aval a essas políticas como no próprio tema da Previdência, ou os temas que estão na Ordem do Dia, como a extinção dos cobradores, o fim das isenções, o próprio tema, tão caro a Porto Alegre, da privatização da Carris, uma empresa com mais de 150 anos na nossa cidade. Todos esses temas são tratados nesta Casa sob o argumento do ajuste das contas públicas, da necessidade de ter arrecadação, porque as nossas contas em Porto Alegre não fecham. Mas esse argumento só vale para prejudicar a vida dos trabalhadores - é o que nós vemos nesse debate que está posto sobre o IPTU, talvez o debate que melhor explicita as prioridades do poder público em Porto Alegre, e de boa parte desta Casa. Quando o argumento, quando o debate é para aqueles que mais tem nessa cidade, o argumento vem no sentido contrário - ele é outro. Foi assim que esta Casa aprovou o RecuperaPOA, é assim que querem estipular as alíquotas e suspensões para o aumento, ambos são renúncias fiscais. E isso é importante que nós tenhamos claro, quem nos assiste na sua casa, quem nos acompanham pelas redes sociais, que este é o debate que

está posto aqui: renúncia fiscal. Portanto, a lógica é a seguinte: ao povo mais pobre menos direitos para a Prefeitura ter dinheiro no caixa; já para aqueles que mais têm, mais benefícios às custas da arrecadação do caixa da Prefeitura - é isso que nós estamos debatendo aqui. Também é importante registrar que o debate sobre o IPTU está relacionado diretamente ao tema da especulação, um tema que aqui vai aparecer ao longo deste semestre em diversas facetas no nosso debate legislativo, e além da sua função fiscal, o próprio IPTU faz parte da política urbana e deve ser estimulador para que os imóveis possam cumprir a sua função social. Nesse sentido, a progressividade e a justiça tributária são essenciais para que nós possamos fazer aqui um debate acerca delas e garanti-las, pois, a Emenda Constitucional nº 29/2000 permite que o IPTU seja progressivo, com alíquotas distintas, conforme o valor venal. O que é um avanço na legislação que nós conquistamos, e não usá-la, portanto, é um retrocesso que beneficia apenas àqueles que mais têm - isso é importante que a gente consiga debater. As emendas apresentadas ao projeto, que nós estamos avaliando e debatendo aqui nessa Casa, elas atentam diretamente contra a progressividade e contra a justiça tributária. Eu destaco, de forma particular, a Emenda de nº 2 que significa uma tributação regressiva, atentando contra algo que é muito importante do ponto de vista da justiça social na nossa cidade: aumenta o imposto para os imóveis que são até o valor de R\$ 33 mil e reduz para os demais imóveis. Mais uma vez a esta Casa faz um debate colocando a conta para aqueles que mais precisam. É necessário que nós tenhamos que ter uma coerência sobre como garantir as contas, o ajuste das contas na nossa cidade. Infelizmente, mais uma vez fazemos um debate onde àqueles que menos têm, mais uma vez garantirão a conta, enquanto os que mais têm seguem sendo beneficiados. Mais um dia triste no debate aqui nessa Casa Legislativa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, Márcio, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, nós estamos aqui tratando de um projeto simples, de alta relevância para a cidade Porto Alegre, e que teve sim um apelo bastante forte e propostas de programa de governo dos candidatos, todos - ou quase todos - essencialmente dos candidatos a prefeito que chegaram ao segundo turno. Estou acompanhando aqui a discussão e quero dizer mais uma vez que a questão é de justiça fiscal. Não é possível que imóveis bem mais valorizados, em áreas valorizadas, paguem menos IPTU do que imóveis da periferia de Porto Alegre, ou que imóveis de igual valor paguem valores de IPTU diferenciados. Eu quero registrar aqui o que eu disse na Audiência Pública e que falei anteriormente: o problema foi que Porto Alegre ficou 28 anos sem atualização da planta de valores, e o povo entende, sim, o que é planta de valores, compreende. Vinte e oito anos sem atualização, valores defasaram, valores cresceram demais e uma atualização se fazia necessária, sim. O problema, e eu repito, é

que aconteceram equívocos, exageros, e aconteceram questões que merecem, sim, uma atualização, uma revisão. Portanto, é preciso votar favorável ao projeto que agora estamos discutindo, vou votar favorável, mas compreendendo que é possível um olhar diferenciado para como está a valorização da planta no município de Porto Alegre. E concordo na íntegra com a manifestação do Ver. Mauro Zacher, e também ia me manifestar sobre ela, mas vou apenas registrar o seguinte: com a votação que fizemos lá, nós conquistamos isenções, hoje, num total de mais de 200 mil imóveis - imóveis de pequeno valor. Por outro lado, nós tivemos, sim, já completamente atualizados imóveis de valor menor nesses dois anos. Portanto, temos que ter um cuidado todo especial para não se cometer aí equívoco e injustiça fiscal. É preciso cuidado, sim, mas vou votar favorável ao projeto, porque acredito que é preciso revogar o que ali existe, e depois de uma nova planta, fazer um estudo mais aprofundado e mais técnico sobre tudo o que aconteceu. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Uma vez me disseram: Jonas, lá no Parlamento, lá na política verás coisas que até Deus duvida. Vivi para ver, não sei se crer. Mas para ver quem votava com o senhor Marchezan e agora vota com o Melo, mas muda o voto! Muda o voto! Claro, o vento muda, é verdade. Eu até estava vendo esses dias, as Olimpíadas, o vento vai para um lado, o pessoal velejando e vai conduzindo o vento, para ganhar o prêmio, tem que ganhar medalha, tem medalha de ouro, de prata e bronze. E na política, muda o governo, muda o patrão, mas está lá a medalha, medalha, medalha... Então, gente, isso é um desrespeito com o povo de Porto Alegre. Como é que pode um cidadão que estava aqui ano passado: “Vamos aumentar o IPTU” - aumenta o IPTU. Aí agora: “O Melo prometeu na campanha, agora vou diminuir o IPTU”. Cadê a coerência? Vocês brincam com o voto do povo! Vocês acham que o povo é trouxa! Que vocês mudam conforme muda o veto, muda o governo! Vocês não têm respeito pelo povo, não tem respeito pela democracia. Qual é a história de vocês? Qual é o compromisso de vocês com a cidade? Nenhum. Olha que escândalo: Emenda nº 1 - retroativo; desfazer tudo o que foi feito, desfazer tudo, retroativo, é inconstitucional! Mas isso cabe no papel! Um parlamentar fazendo proposta inconstitucional! Emenda nº 3 - diminuir para 06 nos imóveis não residenciais. Isso é apoiar a especulação imobiliária, os vazios urbanos! Quem tem terra para render, não é ajudar a diminuir o déficit habitacional desse Município, não é ajudar na regularização fundiária! Até é tirar dinheiro de dentro da Prefeitura para dar para quem tem muito, para quem tem 50, 100 terrenos, para quem tem 50, 100 apartamentos. Não é ajudar trabalhador. Não vem para cá, não vem aqui nesta tribuna falar como se quem estivesse lá nos ouvindo, como se quem lesse os Anais desta Casa não soubesse como é a política tradicional da direita. A política tradicional da direita é o toma lá, dá cá. Alguém dá, alguém recebe; alguém

perde, alguém ganha, mas o povo, esse não ganha. Porque eles vieram aqui, em 2019, e disseram - tem uns que estão coerentes, tem outros que não -: "Vamos ter que aumentar, né, gente, faz muito tempo que não aumenta." Agora, eles vêm, os mesmos, para cá, e dizem: "Tem que parar com isso, chega de imposto, não vamos aumentar imposto". Só mudou o prefeito, os vereadores não mudaram. A política, ela precisa mudar, ela precisa mudar! Ela não muda se as mesmas pessoas que fazem errado continuam no poder, passando por cima da democracia, por cima do voto, por cima das escolhas que as pessoas fazem. Naquele discurso de campanha, "eu vou te ajudar, vai ter saneamento, vai ter educação, vai ter saúde, vai ter, vai ter, vai ter..." Só que, com esse projeto, não vai ter. Deles, estou falando deles, os incoerentes, os de 2019 que estão mudando o voto, é desses que eu estou falando. Os incoerentes, os que não gostam dessa palavra, os que não gostam da história. Eles, se pudessem, apagariam 2019, apagariam a votação; só que eles não podem, eles não podem. Ela está lá publicada nos jornais, o nome deles está lá, e eles vão votar hoje aqui. Eu vou aguardar eles votarem, não falei o nome deles, não falei, vou aguardar e depois nós vamos ver quem mudou o voto. Quem mudou da água para o vinho, chega a ser bíblico, mas é vergonhoso. Eu lamento profundamente que esta Casa mude tão rapidamente. Aqui muda o vento, muda o poder, e alguém quer se manter no poder. Quem quer se manter no poder? Quanto vale um voto? Quanto vale uma cadeira de vereador? Será mesmo que ela tem preço? Veremos a votação aqui, hoje veremos se há preço na cadeira de vereador nesta Casa e qual é o preço real. Eu digo: muita gente que hoje não tem educação, não tem saúde, não tem saneamento continuará não tendo. Isso eu lamento, mas seguiremos, apesar dos velejadores do Parlamento e seus ventos de momento, as suas escolhas. Eles têm alfarrábios, livros antigos, escrituras que eles consultam quando querem; quando não querem, não se lembram. Alguns dizem que é a memória seletiva, eu só lembro o que me agrada, o que não me agrada - não! Não! "Eu estava equivocado, pois é, o Marchezan me enganou, eu me iludi, a justificativa era outra, agora é diferente. O Melo é o para frente, é o Melo, ah, é o Sebastião Melo, é o governo da mudança". Não sei, não sei, não sei.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas; eu subo a esta tribuna aqui e eu sou refém da minha memória. Nesta Casa, Presidente Márcio, nós fizemos audiências públicas para discutir que o IPTU fosse cobrado pelo valor venal dos imóveis em Porto Alegre. Nesta tribuna, eu defendi o projeto, porque eu não acho justo que um morador que tem a sua residência na Lomba do Pinheiro, no seu valor lá de R\$ 70 mil, Alexandre, ou, no máximo, R\$ 100 mil pague - e que pagasse, na época - o mesmo IPTU que quem, por batalha, por trabalho, tem o seu imóvel aqui na Av. Independência. Não é justo! Eu sempre deixei claro que o meu

princípio de justiça, Ver.^a Lourdes, é o princípio da equidade, tratar as diferenças com diferença. Eu não mudei a minha opinião, eu ouvi aqui os vereadores que me antecederam, quero fazer um reparo histórico: parece que alguém subiu aqui disse que, no governo anterior, teve uma CPI que prosperou. Desculpa, faltou com a verdade. Nenhuma CPI aqui, no governo anterior, prosperou, e todos sabem disso. Isso é um equívoco, é uma injustiça e está errado. Vi funcionários do quadro da secretaria da Fazenda há muito tempo debatendo sobre cobrar pelo valor venal, que é a maneira mais justa. Claro que temos a questão da pandemia, impactos econômicos, mas eu também quero fazer um registro aqui, diretor Nenê, secretário Cassio e todo mundo que nos ouve aqui na tarde de hoje, eu fiquei quatro anos aqui, secretário Cassio, subindo a esta tribuna e dizendo que era irresponsabilidade alguns colegas fazerem grandes impactos financeiros ao Poder Executivo, então, eu não posso mudar essa minha postura, porque eu também sempre disse aqui que eleições, tu perdes, mas tu não podes perder a coerência. Então, eu repito, aos colegas e às colegas vereadoras, se algum vereador fizer e escolher o caminho, sim, do populismo, do discurso fácil, não contará com este vereador, mas é preciso que se suba aqui e se diga: o governo anterior fez um debate com a população e mais de 50% da população foi beneficiada, teve seus impostos ou isentos, ou corrigidos para menos. O atual governo apresenta uma proposta agora, por causa da pandemia, do impacto, fez o seu compromisso e tem todo direito de assim o fazer. E esta Casa, eu tenho certeza que, em sua maioria, vai debater e certamente achará a tradução melhor da democracia indireta da população de Porto Alegre sobre o projeto que está em tela. Mas a bancada do PSDB, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Kaká, Ver. Ramiro, e todos que... (Problemas na conexão.) ...nós precisamos deixar muito claro, a justiça tributária, ela precisa ver a equidade, tratar com igualdade e desigualdade nas suas proporções. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, caros colegas vereadores, vereadoras e público que nos assiste; em 2016, quando eu decidi concorrer ao cargo de vereadora, foi para primeiramente buscar um mandato que me proporcionasse resistir ao poder hegemônico da esquerda no Brasil naquela época. Também alinhada com o motivo original, o fiz para proteger as famílias, a instituição profissional de onde eu vinha, a Brigada Militar, o empreendedorismo, o combate à ideologização no ensino, o aparelhamento nas instituições e também nos poderes. Acredito que vim para tentar corrigir o que estava errado e muitas das coisas que ainda continuam. Quando surgiu a pauta do IPTU, considerei a possibilidade de estar corrigindo os erros e as diferenças discrepantes de mais de duas décadas aqui em Porto Alegre, ajudando a equalizar discrepâncias no fisco municipal, em que, por imóveis iguais, se pagavam valores diferentes. A votação do IPTU não foi uma decisão

fácil e certamente teve o seu alto custo político, mas partindo do princípio de que, na ocasião, eu estava em uma plataforma política que havia decidido por unanimidade votar da forma como ocorreu, o que mais me fez acreditar que eu também poderia estar tomando uma decisão certa era o fato de que todos os partidos da esquerda aqui, na Havana brasileira, e de seus integrantes, estavam demonstrando uma aversão total ao projeto do IPTU e contra ele votaram. Lembro que também não fui convencida pelos discursos e argumentações dos poucos vereadores que na época e ainda não o são, originários da esquerda. Os tempos eram outros, a pandemia destroçou empregos, diminuíram vagas, e muitas empresas faliram, mas jamais, senhores, me verão em uma atitude titubeante ou numa esquivia covarde, como, lamentavelmente, muitas vezes, eu testemunho nesta Casa. Estarei sempre na Câmara para cumprir a missão que me foi confiada por 11.172 porto-alegrenses com seu voto. Errar é humano, e a correção desse erro demonstra caráter; portanto, hoje me sinto muito feliz em poder votar e estar aqui nesta Câmara para votar o cancelamento das novas parcelas do IPTU, desfazendo um erro e dizendo que, sim, eu votarei para não termos o aumento do IPTU nesta Casa. E isso, Ver. Jonas, é caráter, é integridade. Há coisas, alguns valores que muitas pessoas não conhecem. E tenho em mim esta pessoa que reconhece o erro, organiza esse erro e restabelece a verdade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente, caros colegas, revisão do IPTU. Confesso a todos vocês que esse foi um tema que, de alguma forma, nos acompanha desde 2019, quando, nesta Casa, aprovamos o projeto que, à época, fazia a revisão da planta de valores do IPTU em busca de um ajuste de discrepâncias que havia, e ainda há, dentro da cobrança do IPTU de determinados imóveis na nossa cidade. Na época, eu ocupava a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, retornei à Câmara e fui muito condenado e criticado, por eleitores, por setores da imprensa e também por colegas alinhados, politicamente àquilo que eu defendo por ter vindo à Câmara e votado aquele projeto da revisão. Assim como eu, outros colegas também passaram pelo mesmo tipo de problema, pelo mesmo tipo de retórica. Hoje, felizmente, nós temos a oportunidade de fazer aqui uma reconstrução, Comandante Nádia, como tu bem disseste. O projeto encaminhado pelo Executivo é de alto valor, terá um impacto significativo, dentro das contas do Município, mas vem corrigir a revisão feita em 2019, justamente porque os tempos mudaram. Tivemos uma nova análise, pela Secretaria da Fazenda, tivemos, talvez, um problema de comunicação muito grave com a sociedade, para exemplificar e significar aquilo que foi aprovado, de fato, em 2019, e, mais do que isso, tivemos uma pandemia, que assolou e segue assolando os geradores de emprego e renda na nossa cidade, bem como a família daquela pessoa que ficou sem trabalhar ou que tem, cada vez menos, renda e oportunidade de trazer a felicidade e a dignidade à

sua família, colocando a comida na mesa, trazendo uma boa qualidade de vida a seus filhos, à sua família.

Quando o projeto foi protocolado, no dia 14 de julho, há mais de 30 dias, o bloco PSDB/PL apresentou três emendas, Ver. Mauro Pinheiro, que, de alguma forma, melhoram o projeto apresentado pelo Executivo. Na mesma oportunidade em que as três emendas foram protocoladas, apresentamos ao Poder Executivo um pedido de informações, dentro de um tempo hábil, solicitando, também, análise do impacto financeiro dessas três emendas. Pois bem, as respostas referentes a essas três emendas chegaram apenas hoje, às 13h54min, já passado o prazo, inclusive, de 30 dias, para o retorno dessa análise.

E confio muito nas respostas que foram dadas aqui pela Secretaria da Fazenda a respeito do impacto, Secretário Fantinel, dessas três emendas dentro do orçamento do Município. Aliás, as próprias respostas podem fazer cair por terra os discursos de alguns mais exaltado que condenam, criticam e rotulam a revisão da planta que aconteceu em 2019, porque as respostas assinadas pelo Prefeito Sebastião Melo corroboram que a revisão feita em 2019 é fundamental para o equilíbrio fiscal do Município. Não são palavras minhas, são palavras do Prefeito Sebastião Melo.

Também, aqui, na resposta oficial do Poder Executivo, a gente vê que alguns discursos não se alinham à prática. O Vice-Prefeito Ricardo Gomes, que propôs, em 2019, como vereador, uma emenda para que fosse retirada a alíquota progressiva do IPTU, agora, que faz parte do governo, diz que se deve, sim, ter alíquota progressiva. Mas, pelas palavras do Prefeito Sebastião Melo, a alíquota progressiva poderia prejudicar os proprietários de imóveis de mais baixo valor, e, além disso, retiraria a isenção de imóveis de baixo valor venal, podendo gerar aumentos de IPTU de até 300% para pessoas de baixa renda. Então, aquela proposta apresentada pelo hoje Vice-Prefeito, Ricardo Gomes, então vereador, segundo o Prefeito Sebastião Melo, é incabível, pois traria uma injustiça social. Pois bem, acataremos essa resposta, Secretário Fantinel, e, em nome do bloco PSDB/PL, solicitamos que se retirem as três emendas, dadas as respostas apresentadas.

E peço que os vereadores mais exaltados, que gostam de colocar o dedo na ferida e falam do aumento do IPTU da gestão passada, façam também aqui uma análise, uma consideração. Nós vamos fazer em respeito ao governo. O líder do governo votou a favor desse projeto, assim como a vice-líder, e nós temos agora a oportunidade de corrigir, sim, equívocos e erros do passado, devido ao novo momento, então que a gente possa fazer um investimento à cidade, oportunizando que mais recursos fiquem na mesa de quem mais precisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 015/21.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver.^a Fernanda Barth, acho que a senhora não é católica.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Laura Sito.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): É católica? Eu sou católico também e, na religião católica, tem a confissão ou pedido de perdão dos pecados. Eu acho que Deus é tão bom comigo, Ver.^a Laura, que me deu a oportunidade de me redimir de pecados. Hoje, o que nós estamos fazendo aqui é a remissão de um pecado.

E vejo o Ver. Ramiro Rosário fazer um gesto importante ao retirar as três emendas, pois entenderam, mesmo que a resposta da Secretaria da Fazenda tenha chegado atrasada, os motivos apresentados pelo Secretário Fantinel. O Ver. Ramiro tem uma preocupação com a hotelaria e colocou essa preocupação ao Secretário Fantinel, que, claramente disse: “para este ou para o próximo ano, não tem como, pois nós não sabemos como vai ser o retorno pós-pandemia”. E o vereador entendeu. Por isso, vereadores Ramiro e Mauro Pinheiro, ao bloco todo, eu quero agradecer por esse gesto. E a cidade vai entender. São gestos assim, Ver. Ramiro, que engrandecem. Assim como, Ver. Pedro Ruas, o gesto da oposição também. Que bom ser líder do governo e poder elogiar a bancada do PSDB e o Ver. Mauro Pinheiro, que foi líder do governo, no ano passado. Juntos, estamos lutando aqui para aprovar o projeto. Com essa aprovação, vamos diminuir os danos, vereadores. Isso é o que eu chamo de uma oportunidade que Deus nos dá, a quem votou a favor do IPTU, de nos redirmos um pouquinho. Mas não por sermos culpados de termos votado o projeto em 2019. Não! Muitos nos culparam, nos tiraram votos e, agora, o Prefeito Melo encaminha esse projeto para cá. E eu tenho certeza que esse ele será aprovado por unanimidade pela Casa, porque toda a cidade está com problemas por causa da pandemia e da economia. Nós precisamos reerguer as finanças do Município, destruídas em grande parte pela pandemia e também porque a própria economia não está ajudando a recuperar.

Então, meus agradecimentos, Ver. Ramiro Rosário, a toda a bancada, principalmente ao líder da bancada, Ver. Moisés Barboza. O Prefeito saberá que, tanto essa bancada, quanto a oposição, hoje, tiveram um papel importante. A população precisa saber disso. A população vai saber que nós, os 36 vereadores, estamos comprometidos com a cidade. E a cidade somos todos nós. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação requerimento de autoria dos vereadores Ramiro Rosário e Mauro Pinheiro solicitando a retirada de tramitação das Emendas n^{os} 01, 02 e 03 ao PLCE nº 015/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 015/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCE nº 015/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 078/18, por uma sessão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 223/21 – (Proc. nº 0797/21 – Ver^{as}. Laura Sito e Daiana Santos e Vers. Aírto Ferronato e Aldacir Oliboni) – requer a constituição da Frente Parlamentar do Afroempreendedorismo. (SEI 216.00100/2021-25)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 223/21. (Pausa.) A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Caros colegas, colocamos a nossa proposição da Frente Parlamentar do Afroempreendedorismo, um tema, para mim e para o conjunto da comunidade negra, para o conjunto da nossa cidade de Porto Alegre, muito importante. A crise econômica que nos atingiu desde 2015, agora agravada pela pandemia, produziu um novo movimento de concentração de renda, como nós podemos acompanhar na nossa cidade, no País e também no mundo. O Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, que concentra renda no 1% mais rico, sendo que Porto Alegre, a nossa capital, é a capital mais desigual do nosso País e a mais desigual do Sul do nosso País. A compreensão da crise e a concentração de renda exigem um recorte, um olhar para a questão racial, um olhar atento para a população negra. Nesse sentido, as políticas públicas, as políticas de incentivo são fundamentais. Hoje o rendimento das pessoas negras equivale à metade do rendimento das pessoas brancas. O desemprego, neste período que a gente tanto fala da crise, dos impactos da pandemia, nos atingiu diferentemente. A população negra deste País sofre 71% mais com o desemprego do que a população não negra. Por isso é preciso fazer escolhas de políticas públicas e

econômicas para a retomada do crescimento, e nós acreditamos que essas escolhas devem priorizar investimentos nas periferias. Queremos uma retomada pelas bases, que reconheça as desigualdades de gênero, raça, e que tenha, nos negócios periféricos, não um reflexo da falta de oportunidades, mas o aproveitamento de oportunidades, daquilo que existe, daquilo que é produzido na sua riqueza, na nossa diversidade. No Brasil, a maioria dos afroempreendedores estão nas periferias, onde circula um mercado de mais de R\$ 119,8 bilhões por ano; isso demonstra o potencial econômico dessas regiões e a importância de programas que tenham como público-alvo seus residentes e esses setores da sociedade. Infelizmente, grande parte desses afroempreendedores tem seus negócios por necessidade, e isso é muito importante, isso nos difere bastante. A maioria dos afroempreendedores empreendem por necessidade, diferente dos empreendedores não negros que empreendem por oportunidades. Isso é uma questão central neste debate: por que as políticas públicas são tão importantes; 71,5% dos empreendedores não negros empreendem por oportunidades, e, portanto, é preciso que a gente possa alterar essa lógica que está colocada. Também é preciso oferecer as condições para os afroempreendedores como acesso ao microcrédito, que nós debatemos aqui recentemente, inclusive apresentamos uma emenda que acabou não sendo aprovada; cursos de capacitação; cursos técnicos; para que nós possamos de fato alterar uma condição que é estrutural. Pretendemos que a frente seja um espaço para fazer esses debates, escutar a população e poder elaborar políticas públicas que beneficiem os afroempreendedores e contribuam para a redução das desigualdades e do desemprego. A demanda dessa frente partiu de diversos afroempreendedores, inclusive o nosso colega Airto Ferronato também tinha feito uma proposição nesse sentido, dialogamos e unificamos as nossas proposições, porque isso fortalece a relação entre os afroempreendedores das mais diferentes áreas, o que faz essa frente ser um ambiente profícuo de debate no sentido de acumular conjuntamente. Por isso eu convido todos os colegas para a aprovação desta frente que, tenho certeza, colaborará e muito para o debate acerca do desenvolvimento e do combate às desigualdades na nossa cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o Requerimento nº 223/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o Requerimento nº 223/21.

Cumprimento os vereadores Laura Sito, Daiana Santos, Airto Ferronato e Aldacir Oliboni pela formação da Frente Parlamentar do Afroempreendedorismo.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Leonel Radde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h47min.)

* * * * *